

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	15
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	56
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	57
10.5 - Políticas contábeis críticas	58
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) Política de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A gestão do risco é feita através da diretoria da Companhia e do Comitê Executivo do Grupo Randon S.A. e apesar de não ter esta formalização, entende-se que o gerenciamento de risco é feito em nível satisfatório.

A Companhia está em fase de implantação destas políticas, e até o momento ainda não formalizou porque entende que os controles internos e monitoramento dos riscos realizados pela Diretoria e pelo Comitê Executivo são suficientes para mitigar possíveis impactos no desempenho da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

i) os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração, principalmente riscos de mercado e exposição ao Câmbio e juros.

Também é importante considerar que as operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem ter um efeito adverso nos resultados, para o qual também são desenvolvidos mecanismos de proteção.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos denominados hedge de fluxo de caixa para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de auditoria interna a qual reporta-se ao Presidente do Conselho de Administração e tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação, realizada sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os procedimentos devem ser aplicados de acordo com o Código de Ética e as Práticas Profissionais de Auditoria Interna recomendadas pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*.

O departamento de auditoria interna tem as seguintes atribuições:

- Prover cobertura de avaliação para todos os processos relevantes da organização, em periodicidade e extensão determinada pelos riscos previamente mensurados e adequados ao porte da Companhia e à complexidade e volume de suas transações;
- Avaliar os riscos, levando em consideração o pleno conhecimento dos objetivos estratégicos do grupo, para que haja salvaguarda das políticas gerais que direcionam os negócios;
- Realizar trabalhos preventivos, objetivando aprimorar os controles internos, a fim de proporcionar uma maior segurança contra erros e falhas, intencionais ou não, que poderiam vir a comprometer os objetivos da organização;
- Efetuar o acompanhamento e validação das ações propostas nos Planos de Ação em resposta aos pontos levantados nas auditorias;
- Observar o código de ética da organização, e reportar o descumprimento a este;
- Assegurar a confidencialidade das informações e evidências utilizadas para realizar os trabalhos de auditoria, bem como dos fatos constantes nos relatórios de auditoria;
- Informar à alta administração e aos órgãos supervisores do setor financeiro, assim que tiver conhecimento, de fatos que possam estar relacionados à lavagem de dinheiro e fraude;
- Compartilhar, sempre que julgar necessário e mediante autorização do gerente de auditoria interna, informações e evidências com a auditoria externa e com os órgãos reguladores;
- Deixar à disposição da auditoria externa e dos órgãos supervisores os relatórios de auditoria interna, pelo prazo de 5 anos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia ainda não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada, sendo que essa política está sendo elaborada pela Companhia. A gestão do risco é feita através da diretoria da Companhia e do Comitê Executivo do Grupo Randon S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A gestão do risco é feita através da diretoria da Companhia e do Comitê Executivo do Grupo Randon S.A. e apesar de não ter esta formalização, entende-se que o gerenciamento de risco é feito em nível satisfatório.

A Companhia está em fase de implantação destas políticas e até o momento ainda não formalizou porque entende que os controles internos e monitoramento dos riscos realizados pela Diretoria e pelo Comitê Executivo são suficientes para mitigar possíveis impactos no desempenho da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia e suas controladas buscam proteção para riscos de mercado participando de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Considerando que as operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem representar um risco, com efeitos adversos nos resultados, para o qual também são desenvolvidos mecanismos de proteção.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós fixadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

ii) a estratégia de proteção patrimonial

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, citado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- Non Deliverable Forward (NDF)
- Financiamentos em moeda estrangeira

(iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Hierarquia de valor justo e parâmetros utilizados:

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2.

Além disso, a Companhia, através do seu Comitê Executivo, sua Diretoria, sua gestão e seus comitês internos acompanha constantemente as condições de mercado, os indicadores macroeconômicos e as decisões de governos. Com isso a companhia monitora continuamente essas informações para avaliar a situação e com isso busca tomar decisões e se proteger contra os riscos que advêm das condições econômicas, políticas, de inflação e de Governo.

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de encerramento do exercício, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou variação negativa de 16,54% (47,01% positiva em 31 de dezembro de 2015). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia, também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

iv) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

v) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Atualmente, a Companhia não possui uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado. A gestão do risco é feita através da diretoria da Companhia e do Comitê Executivo do Grupo Randon S.A.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A gestão do risco é feita através da diretoria da Companhia e do Comitê Executivo do Grupo Randon S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Além disso, a Companhia conta com o ERP SAP, o qual acreditamos ser mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-Presidência Administrativa Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade (CSC) e de Controladoria para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de Auditoria interna prove a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, classificando os pontos de auditoria e identificados os riscos levando em consideração os objetivos estratégicos do grupo, reportando-se diretamente à Presidência do Conselho de Administração.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados por meio de relatório ao Presidente do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - *International Professional Practices Framework* – emitido pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para os exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 31 de dezembro 2014, realizados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

O resultado da avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2016, realizada pela KPMG Auditores Independentes, têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis. Abaixo seguem os apontamentos e recomendações qualitativas da Auditoria Externa sobre aspectos relacionados ao ambiente de controles internos em conexão com as Demonstrações Financeiras:

- i) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Situação observada

De forma geral, os lançamentos contábeis registrados pela Companhia ocorrem de forma parametrizada e automatizada através de seu sistema informatizados (ERP) para as transações rotineiras do negócio da Companhia. Em algumas situações, é necessária a existência de lançamentos realizados de forma manual/não automatizada, que em geral, envolvem julgamento crítico por parte da Administração da Companhia. Esses julgamentos críticos estão descritos nas demonstrações financeiras e os lançamentos são registrados contabilmente sem haver um procedimento formal de aprovação e/ou revisão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendação

Recomendamos a implementação de sistemas informatizados que possuam a funcionalidade de bloqueio dos lançamentos realizados manualmente, e possuam a possibilidade do registro efetivos somente após aprovação formal pelo nível adequado de governança corporativa; ou a implementação de controles de revisão posterior de todos os lançamentos realizados com essa característica.

ii) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

Situação observada

A Companhia realiza conciliações contábeis para contas/rubricas contábeis significativas com a periodicidade mensal. As conciliações são realizadas principalmente pelo departamento de contabilidade/controladoria, e as conciliações citadas são revisadas tempestivamente por profissional mais sênior do departamento. No entanto, não nos foi possível identificar a adequada formalização quanto à preparação e revisão dessas conciliações contábeis.

Recomendação

Formalizar adequadamente a revisão das conciliações contábeis para identificar possíveis divergências e pendências antigas não resolvidas, com a assinatura de preparação e a revisão por profissional mais experiente.

iii) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Situação observada

Em grande parte das negociações de venda, a entrega dos produtos são realizadas diretamente nas instalações do cliente. A Companhia possui controles sobre a saída e sobre a entrega dos produtos, e esses controles são formalizados através da conferência e assinatura dos comprovantes de embarque das mercadorias. Em determinadas situações, não nos foi possível obter a evidência de que o controle de assinaturas dos comprovantes de embarque das mercadorias foi executado conforme determina as práticas geralmente aplicadas pela Companhia.

De forma geral, a transferência dos riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos aos clientes, e a receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das negociações de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios significativos ocorre na entrega dos produtos ao comprador.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendação

Observação das práticas geralmente aplicadas pela Companhia, em relação aos controles internos sobre o embarque dos produtos.

iv) Procedimentos realizados sobre o inventário físico de estoques

Situação observada

Durante a realização dos inventários cíclicos sobre os estoques da Companhia e suas controladas são utilizadas políticas de contagens previamente estabelecidas. Em geral, essas políticas determinam a necessidade de dupla contagens dos estoques presentes em cada localidade, a identificação adequada dos itens a serem inventariados, e de ajustes de potenciais divergências das quantidade de itens identificados durante as contagens físicas. Abaixo estão destacados os procedimentos observados e identificados durante a realização das inspeções físicas pela Companhia:

- Não identificação de evidência sobre a aprovação dos adequados níveis de governança corporativa quanto aos potenciais ajustes referente aos desvios de quantidades identificados pela inspeção física e registros sistêmicos; e
- Realização de procedimentos de inspeção física de forma independente, e sem previsibilidade das quantidades a serem inventariadas.

Recomendação

Observação das políticas de controles internos sobre a realização de inventários pela Companhia.

v) Revisão dos perfis de acessos sistêmicos

Situação observada

Durante o exercício de 2016, identificamos ações por parte da Companhia no processo de implantação de rotinas internas para a revisão da totalidade dos perfis de acesso sistêmicos em seus principais sistemas de gestão. A finalidade principal dessas ações é a identificação de potenciais conflitos de segregação de função e fragilidades na execução das transações sistêmicas realizadas pela Companhia. Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia não havia concluído a revisão integral dos perfis de acesso em alguns sistemas relevantes, e a avaliação de potenciais transações que possam conter conflitos por falta de segregação de funções nos sistemas relevantes da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**Recomendação**

Revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários dos sistemas relevantes para a operação da Companhia, realizada pelo nível adequado da governança corporativa, incluindo a descrição adequada das atividades a serem executadas por cada perfil de acesso sistêmico e considerando a adequada segregação de funções na Companhia.

vi) Avaliação dos impactos das políticas contábeis em controladas**Situação observada**

A Companhia possui políticas contábeis padronizadas aplicáveis a todas suas controladas no Brasil e em outros países. As práticas contábeis aplicáveis, principalmente em relação aos julgamentos que precisam ser aplicados pela Administração das controladas, são geralmente a compilação de práticas e experiências passadas de conhecimento da Companhia; e que indicam a tratativa contábil para o reconhecimento de potenciais perdas e ganhos futuros. Considerando a aplicabilidade dessas políticas para todas as controladas e pela Companhia, identificamos, em determinados casos, a existência de situações particulares e locais, embora já contempladas pela política contábil padrão, não foi adequadamente aplicada pela controlada.

Recomendação

Avaliação e aprimoramento das características aplicáveis às políticas contábeis de forma a serem aplicadas por todas as controladas, considerando também situações específicas ocorridas nos negócios individuais das controladas, principalmente na determinação de potenciais julgamentos de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração avaliou o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam impactar nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação a deficiências nos controles internos, apontados pelos Auditores Independentes, relacionados no item 5.3d deste Formulário de Referência, a Administração emitiu os seguintes comentários:

- i) Procedimentos sobre a aprovação e revisão sobre os lançamentos contábeis realizados de forma não automatizada

Estamos estruturando junto com o departamento de Tecnologia da Informação (TI) e a equipe de governança corporativa da Companhia a instituição de uma política formal de mapeamento e controle dos lançamentos manuais, bem como a possibilidade de um rastreamento sistêmico dessas operações.

- ii) Formalização do processo de revisão de conciliações contábeis

As contas relevantes são conciliadas mensalmente. Iremos formalizar o processo que evidencia as verificações realizadas, inclusive das contas com menos relevância, assim como incluir esse aprimoramento do processo no procedimento atualmente realizado.

- iii) Controle sobre os comprovantes de entrega de produtos

Atualmente, as portarias responsáveis pela expedição de produtos possuem o controle através de planilha padronizada; e há também o arquivamento dos conhecimentos de transporte assinados pelos clientes como forma de identificação da adequada transferência de riscos e benefícios pela entrega dos produtos. A companhia irá reforçar o treinamento interno e o aprimoramento da política de embarque de mercadoria.

- iv) Procedimentos realizados sobre o inventário físico de estoques

A Companhia adequará os procedimentos internos para garantir que as contagens sejam realizadas de forma independente e sem a previsibilidade das quantidades a serem inventariadas. Informamos que após a realização dos procedimentos pela auditoria, identificamos a situação e passamos a realizar as aprovações necessárias para os potenciais ajustes, incluindo sistematicamente alçadas de aprovação, bem como a obrigatoriedade da aprovação do ajuste por parte da controladoria.

- v) Revisão dos perfis de acessos sistêmicos

A Companhia realizou um estudo para a implementação da solução do SAP GRC – Access Control, através da qual seria possível gerenciar os perfis de acesso de forma automatizada e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

de acordo com as melhores práticas de mercado, entretanto devido ao alto investimento e a atual conjuntura econômica o projeto o projeto será reavaliada no final de 2016. Neste primeiro momento a empresa fortalecerá o processo e o controle interno visando aprimorar o fluxo de concessão de acessos atual visando mitigar os riscos

vi) **Avaliação dos impactos das políticas contábeis em controladas**

Periodicamente são realizadas alterações e aprimoramentos nas práticas contábeis aplicáveis ao Grupo Randon de forma a permitir consistência na aplicação dos procedimentos contábeis e na forma de conduzir a interpretação dos assuntos críticos que são base para as estimativas contábeis. Realizaremos aprimoramentos nas políticas contábeis com a finalidade de dar o adequado tratamento aos potenciais efeitos específicos de cada localidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e
Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* (“IASB”) e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.fras-le.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela administração da Companhia na condução de seus negócios:

	Exercício social encerrado em			Variações horizontais	
	(em R\$ mil)			(em %, exceto se de outra forma indicado)	
	2016	2015	2014	2016 x 2015	2015 x 2014
Receita bruta de vendas	1.048.779	1.091.041	985.892	-3,9%	10,7%
Receita bruta no mercado externo	443.011	446.142	358.051	-0,7%	24,6%
Receita bruta no mercado doméstico	605.768	644.899	627.841	-6,1%	2,7%
Receita líquida	812.651	875.026	764.677	-7,1%	14,4%
Receita líquida no mercado externo	443.011	446.141	358.051	-0,7%	24,6%
Receita líquida no mercado doméstico	369.655	428.885	406.626	-13,8%	5,5%
EBITDA⁽¹⁾	123.653	122.453	104.631	1,0%	17,0%
Margem EBITDA⁽²⁾	15,2%	14,0%	13,7%	1,2 pp	0,3 pp
Lucro bruto	232.043	255.585	204.636	-9,2%	24,9%
Lucro líquido	64.477	52.462	45.111	22,9%	16,3%
Margem Líquida⁽³⁾	7,9%	6,0%	5,9%	1,9 pp	0,1 pp
Patrimônio Líquido	773.042	433.253	408.967	78,4%	5,9%
Retorno sobre o PL⁽⁴⁾	9,4%	12,2%	11,0%	-2,8 pp	1,1 pp
Dívida Bruta⁽⁵⁾	256.200	382.158	402.150	-33,0%	-5,0%
Curto prazo	117.300	150.882	109.409	-22,3%	37,9%
Longo prazo	138.900	231.276	292.741	-39,9%	-21,0%

⁽¹⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das despesas de imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para um reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(3) Lucro Líquido dividido pela receita operacional líquida do exercício/período.

(4) Lucro Líquido dividido pelo patrimônio líquido.

(5) A dívida bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Além de volumes de vendas inferiores a receita líquida também sofreu influência de fatores pontuais em alguns trimestres, como o reconhecimento de variação cambial da parcela da dívida designada como hedge accounting, e também, reposicionamento de preços mais abrangente, tanto no mercado nacional como no exterior, necessários para a manutenção e equilíbrio dos negócios frente ao atual cenário recessivo. No mercado externo contribuíram para o bom desempenho, o fim dos bloqueios alfandegários no mercado sul americano, e a recuperação das vendas em outras regiões que passaram por alguma instabilidade em 2015, como Europa, África e América Central. Por outro lado, ocorreu redução nas vendas de lonas de freio para veículos comerciais pesados na região do NAFTA,

Embora fatos eventuais como estes possam comprometer o desempenho das receitas em períodos específicos, é importante citar que a diversificação de segmentos e mercados em que a Companhia atua, o seu posicionamento no cenário global e a variedade de produtos que compõe o portfólio de vendas, são fatores importantes para o equilíbrio e a estabilidade da performance das vendas no médio e longo prazo.

Com a influência dos efeitos citados anteriormente, e apesar de uma pequena apreciação do dólar médio de 2016 frente ao real, (Em 2016 o dólar médio foi R\$ 3,49 enquanto em 2015 sua média ficou em R\$ 3,33), a receita líquida consolidada de R\$ 812,7 mil em 2016 apresentou retração de 7,1% comparada ao desempenho de 2015.

Receita líquida por mercados e produtos					
Valores em R\$ milhões e percentagem.	2015		2016		VAR 2015/2016
MERCADOS					
Externo	446,1	51,0%	443,0	54,5%	-0,7%
Reposição	350,3	40,0%	316,8	39,0%	-9,6%
Montadoras	78,5	9,0%	52,9	6,5%	-32,6%
TOTAL REC. LÍQUIDA P/ MERCADOS	875,0	100,0%	812,7	100,0%	-7,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apesar da estrutura operacional mais enxuta em relação a 2015 e o foco em oportunidades de redução de custos, o lucro bruto consolidado de 2016 sofreu influência de algumas ocorrências específicas durante o segundo semestre, as quais estão condicionadas ao comportamento da economia e variações da moeda. A combinação de alguns destes fatores, com os menores níveis de receitas de vendas, onerou os custos de produção, provocando uma redução nos níveis de lucro bruto da Companhia.

Entre os principais fatores que comprometeram o lucro bruto no decorrer do exercício de 2016 citamos: reposicionamento de preços, nos mercados doméstico e externo, sendo esta estratégia importante para a manutenção da base de clientes diante da atual conjuntura econômica; o efeito *hedge accounting* x variação cambial, absorvendo parcialmente as receitas de exportação e consequentemente refletindo no lucro bruto e na sua margem; outro ponto que refletiu de forma negativa no desempenho do lucro bruto foi o encerramento de processos de importações, que estavam pendentes de normatização legal no sistema SAP, sendo que com a regularização ocorreu o reconhecimento de custos operacionais, porém, teve como contrapartida receitas com variação cambial, favorecendo o desempenho do resultado financeiro.

Apesar destes efeitos, o comportamento do câmbio ao longo de 2016, foi favorável para atuação no mercado externo através das exportações, contribuindo também para diluir os efeitos da pressão inflacionária, com reduções ocorridas nos preços de algumas commodities e serviços adquiridos durante o primeiro semestre. Dessa forma o lucro bruto consolidado da Fras-le atingiu o montante de R\$ 232,0 milhões no ano de 2016, apresentando retração de 9,2% em comparação ao ano anterior, enquanto a margem bruta ficou em 28,5%, com uma leve redução de 0,7 ponto percentual.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e outras despesas/receitas operacionais) somaram R\$ 148,4 milhões no ano de 2016, representando uma redução de 15,1% comparadas a 2015, onde haviam somado R\$ 174,7 milhões. Estas despesas representaram 18,3% da receita líquida consolidada de 2016, enquanto no ano anterior essa representatividade foi de 20,0%.

	2015	% S/ Rec. Líqu.	2016	% S/ Rec. Líqu.	VAR 2015 / 2016
Desps com Vendas	-88,2	-10,1%	-66,8	-8,2%	-24,2%
Desps Gerais e Administrativas	-69,1	-7,9%	-59,3	-7,3%	-14,3%
Outras Desps/Recs Oper Líquidas	-17,4	-2,0%	-22,3	-2,7%	28,1%
Outras Desps Operacionais	-29,5	-3,4%	-29,0	-3,6%	-1,8%
Outras Recs Operacionais	12,1	1,4%	6,7	0,8%	-44,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-174,7	-20,0%	-148,4	-18,3%	-15,1%

Valores em R\$ milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O grupo de outras despesas/receitas operacionais encerrou o exercício de 2016 com um valor negativo de R\$ 22,3 milhões líquidos, que representou um aumento de 28,1% em comparação com 2015. Entre os principais eventos que influenciaram para esse aumento, aparecem, provisões para contingências, e também, uma redução do valor recuperável de ativo imobilizado da controlada Fras-le North America, *impairment*, equivalente R\$ 12,0 milhões.

Ocorreu que, no encerramento do exercício 2016, durante a realização dos testes de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia identificou que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), localizada na controlada Fras-le North-America, não apresentou viabilidade econômica no momento, sendo que a Administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. Por outro lado, o cenário de desvalorização do Real (R\$) frente ao Dólar (US\$), tiveram impacto favorável no aumento da produção de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados) no Brasil, em relação a produção que seria realizada nos Estados Unidos, sendo esse o principal motivo para o reconhecimento de *impairment* nesta unidade. O desdobramentos da nova política de câmbio promovida pelo atual governo do Estados Unidos sinalizam favorecimento a produção naquele país e novas análises sobre o tema serão feitas ao longo do próximo exercício. Com exceção do exposto acima, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

O EBITDA consolidado de 2016 no montante de R\$ 123,7 milhões, mesmo absorvendo os efeitos das despesas operacionais, conseguiu apresentar evolução de 1,0% em comparação ao ano de 2015. A margem EBITDA encerrou o exercício em 15,2%, número que representou uma evolução de 1,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2015. Da mesma forma que o lucro bruto, o EBITDA também merece destaque, pois nos últimos cinco anos apresentou uma evolução média anual de 9,6%.

O resultado financeiro líquido de 2016 atingiu superávit de R\$ 2,6 milhões, sendo que esta cifra equivale a uma melhora de 119,3% comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 13,5 milhões negativo de 2015. Entre os fatores que influenciaram para esta mudança no perfil do resultado financeiro citamos: a variação cambial influenciando sobre a composição de pagáveis e recebíveis atrelados ao dólar, o menor nível de endividamento com a consequente redução das despesas com juros sobre financiamentos, e também, pelo maior nível de aplicações financeiras, resultando no aumento dos juros ativos.

Apesar de influenciado pelos eventos não recorrentes citados anteriormente, o lucro líquido teve em seu desempenho, além da contribuição do superávit financeiro no exercício de 2016, também o benefício fiscal de R\$ 5,4 milhões sobre o pagamento de juros sobre o capital

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

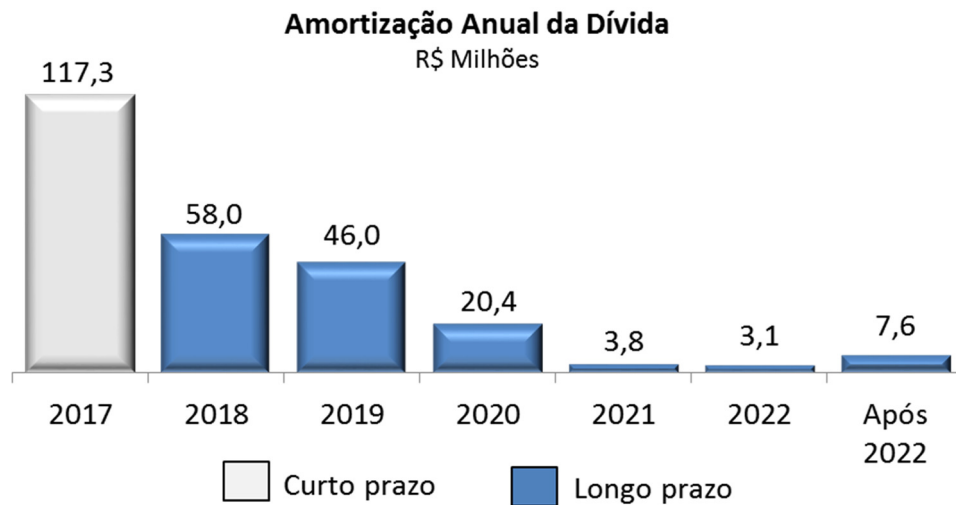
próprio, resultando em um lucro líquido consolidado de R\$ 64,3 milhões, o qual mostrou uma evolução de 23,0% em comparação ao exercício 2015. A margem líquida consolidada encerrou o período em 7,9%, representando evolução de 1,9 pontos percentuais.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2016. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,0.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia estão aplicados no mercado financeiro, considerando inclusive o valor originado por ocasião de aumento de capital através da oferta de ações. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 530,4 milhões, resultando em um superavit financeiro líquido de R\$ 274,2 milhões.

Durante o exercício de 2016 a Fras-le Brasil amortizou R\$ 143,9 milhões da dívida financeira, enquanto as unidades controladas somaram R\$ 23,7 milhões em amortizações, atingindo dessa forma uma considerável redução no seu endividamento, já que em se tratando de novos financiamentos foram tomados apenas R\$ 64,8 milhões pela Fras-le Brasil, e R\$ 3,3 milhões através das unidades controladas, basicamente para capital de giro. A dívida financeira bruta consolidada encerrou o exercício com saldo de R\$ 256,2 milhões, deste montante R\$ 117,3 milhões ou 45,8% correspondem ao curto prazo e R\$ 138,9 milhões ou 54,2% ao longo prazo, sendo que R\$ 191,8 milhões ou 74,9% estão atrelados ao dólar, porém, o volume de exportações da Fras-le permite um hedge natural para neutralizar possíveis impactos da variação cambial na dívida financeira.

A dívida consolidada de curto prazo da Companhia encerrou o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 117,3 milhões, para liquidação no decorrer de 2017, enquanto a dívida consolidada de longo prazo, equivalente a R\$ 138,9 milhões, está com um prazo de até 11 anos para amortização, a qual apresenta a seguinte composição:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2016 o índice de endividamento foi de -2,2.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Mesmo apresentando volumes de vendas menores em 2015, foi possível obter evolução nas receitas de vendas, pois além da variedade de mercados e segmentos em que a Companhia atua e seu diversificado portfólio de produtos, também contribuiu para este desempenho a apreciação do dólar frente ao real (Em 2015 o dólar médio foi R\$ 3,33154 enquanto em 2014 sua média ficou em R\$ 2,35355). Também foram importantes os esforços contínuos da força de vendas, principalmente pelas sinergias das equipes de vendas e pela estruturada rede de vendas, possuindo estrutura comercial própria no Brasil, China, EUA, Argentina, Alemanha, Dubai, Chile, México e África do Sul, que são mercados com elevado potencial de expansão. Em 2015 a receita bruta de vendas atingiu R\$ 1,1 bilhão, apresentando evolução de 10,7% em relação ao ano de 2014.

No mesmo ritmo, a receita líquida consolidada da Fras-le no montante de R\$ 875,0 milhões em 2015, também teve desempenho similar à receita bruta, apresentando evolução de 14,4% em relação a 2014 e um crescimento médio anual de 12,5% nos últimos cinco anos.

Destacam-se no exercício de 2015 o desempenho das receitas no mercado externo e reposição nacional, onde a evolução nas taxas do dólar e o reposicionamento de preços em algumas linhas de produtos foram diferenciais importantes para este desempenho. Quanto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ao mercado de montadoras nacional, a retração apresentada está diretamente relacionada à redução na demanda da indústria automobilística.

Receita líquida por mercados e produtos					
MERCADOS	2014		2015		VAR 2014 2015
Externo	358,1	46,8%	446,1	51,0%	24,6%
Reposição	319,9	41,9%	350,3	40,0%	9,5%
Montadoras	86,7	11,3%	78,5	9,0%	-9,4%
Total	764,7	100,0%	875,0	100,0%	14,4%

O EBITDA consolidado de 2015 no montante de R\$ 122,5 milhões, mesmo absorvendo os efeitos das despesas operacionais, conseguiu apresentar evolução de 16,9% em comparação ao ano de 2014. A margem EBITDA encerrou o exercício em 14,0%, número que representou uma evolução de 0,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2014. Da mesma forma que o lucro bruto, o EBITDA também merece destaque, pois nos últimos cinco anos apresentou uma evolução média anual de 17,6%.

No ano de 2015 o lucro bruto consolidado atingiu o montante de R\$ 255,6 milhões, apresentando evolução de 24,8% sobre o lucro bruto consolidado de 2014, enquanto a margem bruta de 29,2% teve incremento de 2,4 pontos percentuais comparada ao exercício de 2014. Durante todo o ano de 2015 as taxas cambiais também se comportaram favoravelmente ao perfil exportador da Companhia, sendo um importante fator para o crescimento do lucro bruto, onde o volume exportado através do Brasil foi favorecido por uma evolução média no câmbio de aproximadamente R\$ 0,978 por dólar em relação ao ano de 2014, fato que permitiu diluir os efeitos da pressão inflacionária sobre os preços de algumas commodities e serviços adquiridos.

O lucro líquido consolidado de R\$ 52,2 milhões no exercício de 2015, apesar de influenciado pelos eventos pontuais já relatados neste relatório, apresentou evolução de 15,9% em relação a 2014. A margem líquida consolidada encerrou o período em 6,0%, se mantendo estável em relação a margem líquida de 2014. O benefício fiscal pelo pagamento de Juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$ 4,6 em 2015, contribuiu para amenizar o impacto dos maiores níveis de despesas operacionais e financeiras deste exercício.

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2015. Os índices de liquidez corrente

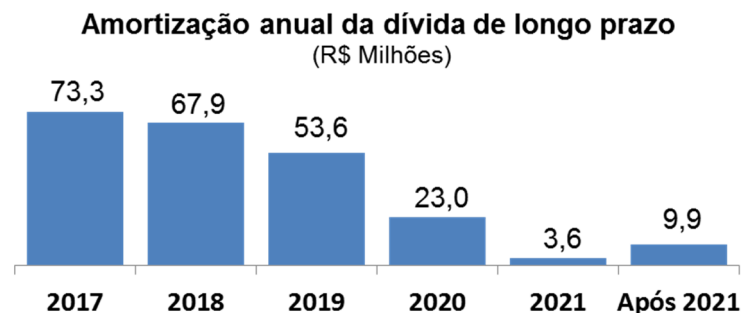
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,9.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos da Companhia, no final de 2015, estavam aplicados no mercado financeiro. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 216,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 165,3 milhões.

Durante o exercício de 2015 a Fras-le amortizou R\$ 235,0 milhões da dívida financeira, sendo R\$ 124,2 milhões pela Fras-le Brasil e R\$ 110,8 milhões pelas controladas. Em relação a novos empréstimos ocorreram as seguintes liberações: R\$ 65,7 milhões para Controladas e R\$ 38,4 milhões para a Fras-le Brasil. A dívida bruta consolidada encerrou o período em R\$ 382,2 milhões, dos quais R\$ 150,9 milhões ou 39% são curto prazo e R\$ 231,3 milhões ou 61% são de longo prazo, sendo que R\$ 183,8 milhões ou 48% estão atrelados ao dólar.

A dívida consolidada de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estava com um prazo de até 12 anos para amortização, e apresenta a seguinte composição:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2015 o índice de endividamento foi de 1,3.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Apesar de influenciadas pela oscilação nos volumes, principalmente com montadoras e sistemistas no mercado interno, as vendas foram beneficiadas pela evolução das taxas de câmbio (USD médio 2013: 2,1576 e USD médio 2014: 2,3536). Adicionalmente, a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conta com uma rede de vendas onde possui estrutura comercial própria no Brasil, China, EUA, Argentina, Alemanha, Dubai, Chile, México e África do Sul que são mercados com elevado potencial de expansão, estes fatores contribuíram para que a Companhia atingisse uma receita bruta de R\$ 1,0 bilhão em 2014, número que representou evolução de 5,3% sobre 2013.

A receita líquida consolidada, que apresentou uma evolução de 6,6% comparado ao ano de 2013, totalizou em 2014 o equivalente a R\$ 764,7 milhões. Destacam-se neste exercício o desempenho das vendas para os segmentos de reposição e exportação, com receitas 12,2% superior ao exercício de 2013. Este desempenho reflete a valorização do dólar frente ao real e o aumento das vendas no mercado externo, principalmente o americano, além de ações realizadas no mercado de reposição em 2014.

Receita líquida por mercados e produtos					
<i>Em R\$ milhões e percentagem</i>	2013		2014		VAR
MERCADOS					2013 2014
Externo	319,1	44,5%	358,1	46,8%	12,2%
Reposição	285,2	39,8%	319,9	41,9%	12,2%
Montadoras	112,9	15,7%	86,7	11,3%	-23,2%
Total	717,3	100,0%	764,7	100,0%	6,6%

No Brasil a instabilidade econômica acentuou-se neste ano de 2014. O mercado de montadoras e sistemistas foi o que mais refletiu esta instabilidade. Na Fras-le, estratégias de ações comerciais no mercado de reposição fizeram com que a atuação da Companhia neste segmento fosse menos atingida equilibrando parte do resultado. Cabe destacar, que incentivos do governo brasileiro para fomentar a economia nacional, como o Reintegra que esteve suspenso durante a maior parte do ano e a desoneração da folha, representaram um efeito positivo de aproximadamente 2,7% nos custos operacionais em 2014. Em contrapartida, os custos de produção foram influenciados pela evolução da inflação. No mercado externo, as exportações feitas pelo Brasil, apresentaram volumes um pouco maiores que em 2013 e foram favorecidas por um ganho cambial médio de aproximadamente R\$ 0,20 por dólar. Com estes efeitos a Companhia apresentou um lucro bruto consolidado em 2014, no montante de R\$ 204,7 milhões, e teve desempenho 4,9% superior ao ano de 2013. A margem bruta consolidada encerrou 2014 em 26,8% oscilando -0,4 pontos percentuais em relação a 2013 e 1,4 pontos percentuais, maior que 2012.

O EBITDA consolidado de 2014 absorveu os efeitos citados no lucro bruto, além de outros eventos como: despesas do cancelamento da Oferta de Ações, evolução nas despesas de mão-de-obra administrativa e comercial, por conta do dissídio coletivo, relativo à parcela que não

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transita pelos custos produtivos, além de despesas referente a adequações estruturais. Assim totalizando R\$ 104,7 milhões, 0,2% maior que o ano de 2013 atingindo um crescimento de 22,0% na comparação com 2012. A margem de geração operacional de caixa de 2014, medida pelo método EBITDA, ficou em 13,7%, representando uma oscilação de -0,9 pontos percentuais em relação a 2013.

O lucro líquido consolidado, que absorveu os fatores relacionados anteriormente nos comentários do lucro bruto e EBITDA, apresentou evolução positiva em valor e margem comparados aos exercícios anteriores. Assim, a Fras-le obteve um lucro líquido consolidado de R\$ 45,0 milhões em 2014, representando um acréscimo de 12,5% comparado ao ano de 2013 e uma evolução de 79,3% em relação ao lucro líquido de 2012, o qual havia sido impactado por uma brusca alteração do cenário cambial no início daquele exercício. A margem líquida consolidada encerrou 2014 em 5,9%, representando uma evolução de 0,3 pontos percentuais comparada ao ano de 2013.

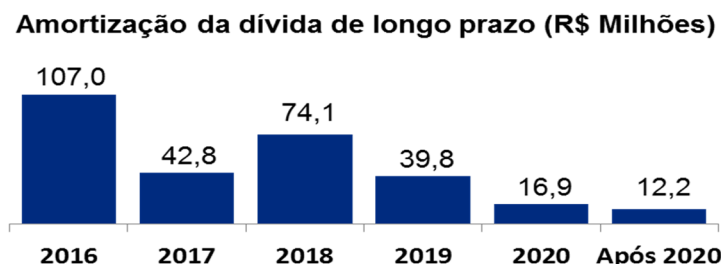
Adicionalmente, os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2014. Os índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), sendo que em 31 de dezembro de 2014, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,5.

A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. Parte dos recursos no final de 2014, estavam aplicados no mercado financeiro. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o período com um saldo de R\$ 254,1 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 148,1 milhões.

Em 2014 a Fras-le amortizou R\$ 105,2 milhões da dívida financeira, sendo as principais: R\$ 18,9 milhões com VENDOR, R\$ 15,8 milhões com BNDES, R\$ 11,1 milhões com FINEP, e R\$ 3 milhões com IFC. A Fras-le North America amortizou R\$ 53,4 milhões, a Fras-le Argentina R\$ 3,6 milhões e a Controil R\$ 4,5 milhões. Em relação a novos empréstimos ocorreram as seguintes liberações: R\$ 17,5 milhões do BNDES, R\$ 2,8 milhões do Fundopem, R\$ 1,5 de Leasing, R\$ 42,4 da Fras-le North America e R\$ 8,1 da Fras-le Argentina. A dívida bruta consolidada encerrou o período com R\$ 402,1 milhões, deste montante R\$ 109,4 milhões ou 27% correspondem ao curto prazo e R\$ 292,7 milhões ou 73% ao longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida consolidada de longo prazo da Fras-le está com um prazo de até 12 (doze) anos para amortização, e apresenta a seguinte composição:



Conforme pode ser observado nos números de endividamento a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, sendo que o endividamento é calculado pela seguinte fórmula: (divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2014 o índice de endividamento foi de 1,4.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis baixos de alavancagem, situação que faz parte de sua estratégia de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$773,0 milhões, comparado a R\$433,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$409,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. O Aumento do patrimônio líquido de 5,9% ou R\$24,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, quando comparado com 31 de dezembro de 2014, refere-se ao desempenho operacional do período, que resultou em um aumento das reservas de lucros. O aumento do patrimônio líquido de 78,4% ou R\$339,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, quando comparado a 31 de dezembro de 2015, esse grande incremento refere-se à oferta pública de ações ordinárias de emissão própria realizada no mês de abril. Nessa operação a controladora Randon S.A. efetuou uma integralização de capital e passou a deter 51,16% da posição acionária, o restante dos incrementos foram de ações adquiridas por grupos de investimentos e pequenos investidores.

A operação

Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 64,3% de capital próprio e 35,7% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2015 esta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

estrutura era composta por 44,6% de capital próprio e 55,4% de capital de terceiros, e em 31 de dezembro de 2014 esta estrutura era composta por 43,4% de capital próprio e 56,6% capital de terceiros, respectivamente, conforme evidenciado na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)
Capital próprio			
Capital social	600.000	300.000	300.000
Reserva de lucros	149.118	104.105	66.594
Outros resultados abrangentes	23.018	28.037	41.466
Participação de acionistas não controladores	906	1.111	907
Patrimônio líquido	773.042	433.253	408.967
Capital de terceiros			
Passivo circulante	240.781	266.800	206.556
Passivo não circulante	188.481	270.906	326.886
Total do passivo	429.262	537.706	533.442
Total do passivo e patrimônio líquido	1.202.304	970.959	942.409

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez não imediata – pelo EBITDA dos últimos 12 meses) sendo que este apresentou significativa redução devido, em grande parte, pelo incremento de capital efetuado, que refletiu em aumento do saldo de recursos aplicados no mercado financeiro, e também, à redução nos níveis de dívida financeira, devido a liquidação de alguns empréstimos ocorrido no período, ocorrendo com estes efeitos uma inversão do índice de endividamento, o qual passou a ser negativo em 2016. A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos buscando não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,0 e o índice de endividamento foi de -2,2.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 1,9 e o índice de endividamento foi de 1,3.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de liquidez corrente da Companhia foi de 2,5 e o índice de endividamento foi de 1,4.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e, principalmente, instrumentos lastreados em exportação para financiar as suas necessidades de capital.

O caixa e equivalentes de caixa apresentou forte evolução em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 devido ao aumento de capital realizado que tem o seu detalhamento feito no item b – Estrutura de Capital.

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Financiamentos (em R\$ mil):	Indexador	Juros	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
				2016	2015	2014
Circulante						
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4% a 5% a.a	02/2020	3.793	3.800	4.530
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	7.753	18.685	33.073
EXIM	TJLP	5,5%a.a..	04/2016	-	50.576	576
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	2.950	2.720	2.030
Empréstimos capital de giro		4,5% a 8,7% a.a.	08/2018	1.425	2.674	3.737
Vendor	Selic	3% a.a.	01/2017	2.630	2.578	2.459
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	335	335	335
Moeda estrangeira:						
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	12.266	15.873	16.980
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	431	7.758	14.422
Leasing US\$ 4 mil	-	2,8% a.m.	08/2015	-	-	12
BNDES	5,6 + Spread+	1,97% a.a.	01/2020	2.320	2.786	1.672
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	4.377	5.268	3.600
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	31.385	37.829	25.983
ACC		3,81% a 5,15%a.a	09/2017	47.642	0	0
				117.307	150.882	109.409
Não circulante						
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	4 a 5% a.a.	02/2020	8.172	11.943	15.715
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	14.715	22.101	36.962
EXIM	TJLP	5,5% a.a.		-	-	50.000
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	22.508	28.414	27.678
Empréstimo Finem	TJLP	9,94% a.a..	08/2018	65	1.484	4.136
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	-	335	669
Moeda estrangeira:						
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	11.851	28.398	30.115
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	04/2018	2.687	653	4.758
BNDES	5,6 + Spread	1,97% a.a.	01/2020	4.793	8.498	6.962
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	-	5.206	7.083
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	74.070	124.244	108.663
				138.861	231.276	292.741
Total de empréstimos sujeitos a juros				256.168	382.158	402.150
* Taxa aplicável quando exceder 5,5% a.a..						

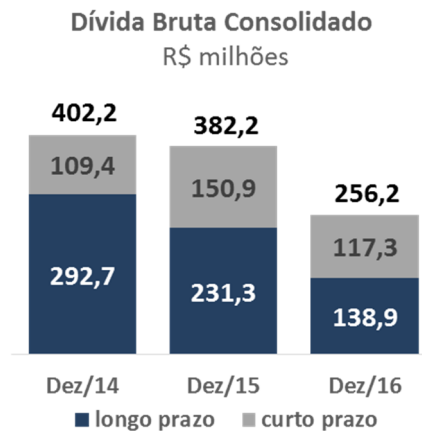
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. Embora não as tenha utilizado nos últimos anos, a Companhia acredita ter acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A evolução da dívida bruta consolidada da Companhia, que compreendem as dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo, encontra-se representado pelos gráficos abaixo, segregados entre curto e longo prazo, conforme o prazo de vencimento, inferior ou superior a 12 meses:



i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela constante da seção 10.1 (d) “Empréstimos e Financiamentos” deste Formulário de Referência compreende os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo totalizavam em 31 de dezembro de 2016, R\$117,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, R\$150,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2014, R\$109,4 milhões, e consistem, principalmente, de financiamentos à exportação e empréstimos com recursos do BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo totalizavam em 31 de dezembro de 2016, R\$138,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, R\$231,3 milhões, e em 31 de dezembro de 2014, R\$292,7 milhões, e consistem, principalmente, em financiamentos à exportação resolução 2770 NCE e empréstimos com recursos do BNDES, FINEP e Fundopem.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

Em 25 de abril de 2013, a Companhia celebrou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o contrato de financiamento nº 13.2.0033.1, no valor de R\$109.046.000,00, a ser quitado em até 60 parcelas mensais, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 31 de julho de 2013 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de diferentes taxas de juros conforme as cinco parcelas de subcrédito, que variam de 1,97% ao ano acrescidos da TJLP, até 3% ao ano. Há cláusula de vencimento antecipado. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$29,6 milhões.

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, o contrato de financiamento nº 02.11.02.28.00, a ser quitado em 81 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 16 de novembro de 2011 e a última vencerá em 15 de fevereiro de 2020. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a TJLP + 5,0% ao ano. O contrato possui cláusula de vencimento antecipado da dívida na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação contida no contrato, o que ocasionará a majoração da taxa de juros para TJLP acrescida de um spread de 10,0% ao ano sobre o saldo devedor. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$12,0 milhões.

Em 02 de abril de 2012, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A., duas Notas de Crédito à Exportação de nº 106312040200020 e 106312042000090 (“NCEs”), no valor total de US\$50.000.000,00, a serem quitadas em 16 parcelas semestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. As primeiras parcelas venceram em 21 de setembro de 2012 e as últimas vencerão em 20 de março de 2020. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 4,5% ao ano, além da variação cambial. As NCEs estão sujeitas a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação pela Companhia de financiamentos ou recursos por meio de outros instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados a exportações; (ii) inadimplemento das obrigações constantes nas NCEs ou em qualquer outro contrato firmado com o banco; (iii) mudança ou alteração do objeto social da Companhia; (iv) alteração ou modificação da composição do capital social ou mudança, transferência ou cessão do controle acionário; (v) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (vi) não observância pela Companhia da relação: dívida líquida/EBITDA menor que 2,5x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As dívidas são garantidas por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$105,5 milhões.

Em 21 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou com o Badesul Desenvolvimento S.A., um contrato de financiamento (Fundopem) nº 2770, a ser quitado em 96 parcelas mensais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 23 de abril de 2007 e a última vencerá em 21 de maio de 2027. O saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a IPCA, acrescida de um spread de 3,0% ao ano. A dívida é garantida por fiança concedida pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$25,5 milhões.

Em 29 de agosto de 2011, a subsidiária Fras-le North America celebrou com o Banco Itaú S.A., um contrato de financiamento nº 1/208, a ser quitado em 20 parcelas trimestrais, acrescida dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais. A primeira parcela venceu em 30 de agosto de 2013 e a última vencerá em 30 de agosto de 2018. O saldo devedor sofrerá incidência de juros correspondentes a Libor acrescida de um *spread* de 4,0% ao ano. O contrato não possui cláusula restritiva que declare o vencimento antecipado da dívida. A dívida é garantida por aval concedido pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 24,1 milhões. O contrato de financiamento está sujeito à cláusula de vencimento antecipado, ficando a critério da instituição financeira terminar o compromisso de empréstimo e/ou, conforme o caso, determinar que todas as quantias devidas em decorrência do contrato se tornem imediatamente exigíveis. As hipóteses de vencimento são as usualmente inseridas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) falha, por parte da Fras-le North America ou da Companhia, em pagar as quantias de principal e de juros devidas em virtude do empréstimo ou em cumprir quaisquer outras de suas obrigações; (ii) mudança na estrutura de capital ou no controle da Fras-le North America ou da Companhia; (iii) insuficiência, destruição ou inadequação superveniente de qualquer bem dado em garantia do empréstimo, bem como falha na constituição ou execução de quaisquer de suas garantias; (iv) descumprimento, por parte da Fras-le North America ou da Companhia, de qualquer termo, covenant ou acordo descrito nos documentos do empréstimo; e (v) decretação de falência, recuperação judicial ou insolvência da Fras-le North America ou da Companhia.

Em 5 de fevereiro de 1999, a Companhia celebrou com a *International Finance Corporation* ("IFC") um contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu dois empréstimos, no valor de US\$10.000.000,00 e US\$15.000.000,00 à Companhia. O primeiro empréstimo foi concedido e utilizado, porém o segundo empréstimo não veio a ser desembolsado e foi cancelado pela IFC, nos termos do contrato. Em 28 de setembro de 2007, a Companhia e a IFC celebraram um aditivo ao contrato de investimento, por meio do qual a IFC concedeu um empréstimo adicional de US\$10.000.000,00. O primeiro empréstimo foi quitado em 15 de abril de 2009, enquanto o segundo empréstimo será pago em parcelas semestrais de principal, sendo que a primeira venceu em 15 de outubro de 2010 e a última vencerá 15 de outubro de 2017. O saldo devedor do segundo empréstimo sofre incidência de juros correspondentes a Libor de 6 meses, acrescida de um spread de 3% ao ano, além da variação cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato de investimento está sujeito a cláusulas de vencimento antecipado usualmente adotadas neste tipo de operação, dentre as quais destacam-se: (i) contratação de operações com derivativos exceto para fins de hedge; (ii) inadimplemento das obrigações constantes no contrato de investimento ou em qualquer outro contrato firmado com a IFC ou qualquer outro credor; (iii) venda de ativos fixos com valor agregado superior a US\$10,0 milhões, exceto caso os ativos estejam sendo substituídos simultaneamente; (iv) incorporação, fusão ou cisão da Companhia; e (v) não observância pela Companhia das relações: ativo circulante por passivo circulante maior que 1,3x e dívida financeira líquida por EBITDA menor que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$4,4 milhões.

Somados aos contratos relacionados acima verificam-se operações de ACC que em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$47,6 milhões com taxas de juros incidentes que variam de 3,81% a 5,15%.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato de financiamento celebrado com o *International Finance Corporation – IFC* descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento dos seguintes índices financeiros:

- i) Índice de liquidez corrente, correspondente à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante em determinada data, que não poderá ser inferior a 1,3; e

Índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,3 entre 3º e 4º trimestres de 2012; 2,0 entre 1º e 2º trimestres de 2013; 1,8 entre 3º e 4º trimestres de 2013; e 1,5 a partir do 1º trimestre de 2014.

- ii) Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esses contratos.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Ativo circulante” a soma dos valores de caixa, estoques, investimentos classificados como “detidos para negociação”, investimentos classificados como “disponíveis para venda”, contas a receber de clientes, outras contas a receber realizáveis dentro de um ano e despesas pagas antecipadamente, as quais serão debitadas da renda dentro de um ano.

“Passivo circulante” a soma de todos os passivos devidos à vista ou dentro de um ano (incluindo adiantamentos de contrato de câmbio, bem como outros tipos de instrumentos financeiros comerciais com vencimento inferior a 36 meses, celebrados pela Companhia no curso ordinário de seus negócios para desconto de recebíveis de exportação, com fins não especulativos), mas com exclusão dos passivos relacionados à propriedade, instalações e equipamentos na medida em que os valores dos mesmos forem excluídos do cálculo do Ativo Circulante.

“Dívida Financeira Líquida” o resultado da subtração do saldo da dívida financeira pelo caixa e equivalentes de caixa.

“EBITDA” a soma do lucro líquido, das despesas com juros, taxas, itens extraordinários, depreciação, amortização ou quaisquer outras despesas que não envolvam caixa (na medida em que cada um for deduzido do cálculo do lucro líquido).

O contrato de financiamento celebrado com o Banco Itaú BBA S.A descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de descumprimento do índice de endividamento, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA anualizado, que não pode(rá) ser maior que 2,5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a Companhia estava em conformidade com os níveis requeridos por esse contrato.

Para fins do índice referido acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

O contrato de financiamento celebrado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES descrito na seção 10.1.f.i deste Formulário de Referência contém cláusulas restritivas, que incluem, entre outras, vencimento total ou parcial em caso de não comprovação pela Companhia das exportações prometidas nos processos de Exim.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transferência do seu controle societário.

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário.

Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

g) Limite dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia não possuía limites nos financiamentos então contratados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às informações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional líquida

A receita obtida, principalmente, com a venda dos produtos da Companhia, mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida após as deduções correspondentes a descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240,0 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Participação dos administradores nos lucros

As despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e pode chegar até 8% do lucro após o imposto de renda e contribuição social.

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado, a partir das suas demonstrações financeiras consolidadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2016		2015		2014		Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Receita operacional líquida	812.651	100,0%	875.026	100,0%	764.677	100,0%	- 62.375	-7,1%	110.349	14,4%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-580.608	-71,4%	-619.441	-70,8%	-560.041	-73,2%	38.833	-6,3%	- 59.400	10,6%
Lucro bruto	232.043	28,6%	255.585	29,2%	204.636	26,8%	- 23.542	-9,2%	50.949	24,9%
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	-66.838	-8,2%	-88.188	-10,1%	-69.878	-9,1%	21.350	-24,2%	- 18.310	26,2%
Administrativas e gerais	-55.811	-6,9%	-65.426	-7,5%	-52.387	-6,9%	9.615	-14,7%	- 13.039	24,9%
Honorários da administração	-3.463	-0,4%	-3.702	-0,4%	-3.428	-0,4%	239	-6,5%	- 274	8,0%
Outras despesas operacionais	-28.960	-3,6%	-29.476	-3,4%	-14.783	-1,9%	516	-1,8%	- 14.693	99,4%
Outras receitas operacionais	6.666	0,8%	12.075	1,4%	2.467	0,3%	- 5.409	-44,8%	9.608	389,5%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	83.637	10,3%	80.868	9,2%	66.627	8,7%	2.769	3,4%	14.241	21,4%
Despesas financeiras	-100.089	-12,3%	-151.551	-17,3%	-78.309	-10,2%	51.462	-34,0%	- 73.242	93,5%
Receitas financeiras	102.733	12,6%	138.019	15,8%	69.399	9,1%	- 35.286	-25,6%	68.620	98,9%
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	86.281	10,6%	67.336	7,7%	57.717	7,5%	18.945	28,1%	9.619	16,7%
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	-21.803	-2,7%	-14.874	-1,7%	-12.606	-1,6%	- 6.929	46,6%	- 2.268	18,0%
Lucro líquido do exercício	64.477	7,9%	52.462	6,0%	45.111	5,9%	12.015	22,9%	7.351	16,3%

Receita operacional líquida

A tabela abaixo indica a composição da receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2016		2015		2014		Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
	(Em R\$ mil exceto percentuais)									
Receita operacional líquida	812.651	100,0%	875.026	100,0%	764.677	100,0%	-62.376	-7,1%	110.349	14,4%
Montadoras	98.290	12,1%	131.038	15,0%	132.446	17,3%	-32.748	-25,0%	-1.408	-1,1%
Reposição	714.360	87,9%	743.988	85,0%	632.231	82,7%	-29.628	-4,0%	111.757	17,7%

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$110,3 milhões, ou 14,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando totalizou R\$875,0 milhões, comparado a R\$764,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. Montadoras: houve redução de R\$1,4 milhões, ou 1,1%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$132,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$131,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, decorrente, principalmente:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a. Da redução no volume de vendas devido a fragilidade na economia nacional refletindo a situação da economia no Brasil;
 - b. Aumento das restrições para liberação de novas linhas de crédito devido à aversão ao risco de inadimplência pela situação econômica desfavorável da economia nacional.
- ii. Reposição: houve aumento de R\$ 111,8 milhões, ou 17,7%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$632,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$744,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, decorrente, principalmente, de:
- a. Crescimento da receita líquida no mercado doméstico de reposição, motivado pelo reposicionamento de preços;
 - b. Aumento das receitas de exportação principalmente em razão da variação cambial do Real em relação ao Dólar norte americano entre os dois períodos, aumentando os valores efetivamente recebidos em Reais, na medida em que os preços para exportações são fixados em Dólar.

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou redução de R\$62,4 milhões, ou 7,1%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$812,7 milhões, comparado a R\$875,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é explicada pelo desempenho dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

- i. Montadoras: houve redução de 25,0% na receita operacional líquida do segmento, passando de R\$131,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$98,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente:
- a) Fragilidade na economia nacional e instabilidade política fizeram com que o mercado como um todo, pessoas físicas e jurídicas, postergasse a compra de veículos novos, atingindo as indústrias automobilísticas e de autopeças;
 - b) Dificuldades para liberação do crédito devido à aversão ao risco.
- ii. Reposição: houve redução de R\$29,6 milhões, ou 4,0%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$744,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$714,4 milhões no exercício social encerrado em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de dezembro de 2016. Aspectos que merecem destaque:

- a) A redução da atividade econômica impactou na diminuição dos fretes rodoviários, promovendo uma parada parcial na frota circulante de veículos utilizados para esta finalidade, tendo como consequência o prolongamento do tempo de manutenção dos mesmos, refletindo em menor demanda por materiais de fricção;
- b) Com o objetivo de manter-se competitivo durante o desafiador cenário de crise econômica houve a necessidade de promover reposicionamentos de preços em algumas linhas de materiais de fricção.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A tabela abaixo indica a composição dos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2016		2015		2014		Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Variação em R\$	Variação %	Variação em R\$	Variação %
(Em R\$ mil exceto percentuais)										
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-580.608	100,0%	-619.441	100,0%	-560.041	100,0%	38.833	-6,3%	-59.400	10,6%
Montadoras	-75.398	13,0%	-101.281	16,4%	-111.651	19,9%	25.883	-25,6%	10.370	-9,3%
Reposição	-505.210	87,0%	-518.160	83,6%	-448.390	80,1%	12.950	-2,5%	-69.770	15,6%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram um aumento de R\$59,4 milhões, ou 10,6%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve redução de R\$10,4 milhões, ou 9,3% devido principalmente pela queda da participação deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve um aumento de R\$69,8 milhões, ou 15,6%.

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram uma redução de R\$38,8 milhões, ou 6,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, onde é observado que: (a) no segmento de montadoras, houve redução de R\$25,9 milhões, ou 25,6% devido principalmente pela queda da participação deste segmento no faturamento total da empresa; (b) no segmento de reposição houve uma redução de R\$13,0 milhões, ou 2,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Receitas (despesas) operacionais*

As despesas com vendas apresentaram um aumento de R\$18,3 milhões em 2015 em comparação a 2014, devido principalmente a ganhos com a sinergia do Field Force, otimização dos serviços de logística interna e menor pagamento de comissões.

As despesas administrativas e gerais apresentaram um aumento de R\$13,0 milhões, ou 24,9% em 2015 em comparação a 2014, devido principalmente a gastos referentes à tentativa de a oferta de ação pública não concluída no início de 2014.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas variaram de uma despesa operacional líquida de R\$12,3 milhões em 2014, para uma despesa operacional líquida de R\$17,4 milhões em 2015, devido a não ocorrência de reversão de provisão para contingências nos mesmos níveis de 2013.

As despesas com vendas apresentaram uma redução de R\$21,4 milhões em 2016 comparadas a 2015, ou 24,2%, o que decorre principalmente pela queda apresentada pela receita operacional líquida, refletindo nas despesas variáveis de vendas, e ainda, sinergias com reestruturações em mão de obra comercial.

As despesas administrativas e gerais apresentaram uma redução de R\$9,6 milhões em 2016 sobre 2015, ou 14,7%, devido a intensificação da política conservadora seguida pela companhia, com foco no controle de despesas e otimização dos processos.

O grupo outras receitas (despesas) operacionais, variaram de uma despesa líquida de R\$17,4 milhões em 2015, para uma despesa líquida de R\$22,3 milhões em 2016, sendo que os principais eventos que influenciaram para esse aumento foram: provisões para contingências, e também, uma redução do valor recuperável de ativo imobilizado, *impairment*, no valor de R\$12,0 milhões, da controlada Fras-le North America, onde foi identificado que a unidade geradora de caixa, de Blocos (Lonas de freio para veículos pesados), não apresentou viabilidade econômica no momento, sendo que a administração não possui expectativa de recuperar, em sua integralidade, os montantes investidos no projeto. Com exceção deste caso, a Companhia não identificou a existência de indicadores onde outros ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$73,2 milhões, ou 93,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando totalizaram R\$151,6 milhões, comparado a R\$78,3

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento decorreu principalmente devido a evolução nas taxas do dólar refletindo nos passivos atrelados ao dólar.

As despesas financeiras diminuíram R\$51,5 milhões, ou 34,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$100,1 milhões, comparado a R\$151,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa redução decorreu, principalmente, devido ao menor nível de endividamento com a consequente redução das despesas com juros sobre financiamentos, além de efeitos da variação cambial.

A tabela abaixo contempla a segregação das despesas financeiras para os períodos indicados: Incluir as variações nas tabelas e explicações com relação aos saldos de 2015 x 2014.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2016	2015	2014	Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Despesas financeiras	100.089	151.551	78.309	-51.462	-34,0%	73.242	93,5%
Variação cambial	52.026	84.678	30.640	-32.652	-38,6%	54.038	176,4%
Juros sobre financiamentos	24.234	31.919	24.627	-7.685	-24,1%	7.292	29,6%
Outras operações de derivativos	58	7.056	1.267	-6.998	-99,2%	5.789	456,9%
Ajuste a valor presente	3.534	3.141	2.653	393	12,5%	488	18,4%
Outras despesas financeiras	20.237	24.757	19.122	-4.520	-18,3%	5.635	29,5%

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$68,6 milhões, ou 98,9%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando totalizaram R\$138,0 milhões, comparado a R\$69,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

As receitas financeiras diminuíram R\$35,3 milhões, ou 25,6%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$102,7 milhões, comparado a R\$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A tabela abaixo contempla a segregação das receitas financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2016	2015	2014	Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	Em R\$ mil exceto percentuais						
Receitas financeiras	102.733	138.019	69.399	-35.286	-25,6%	68.620	98,9%
Variação cambial	39.228	95.207	33.231	-55.979	-58,8%	61.976	186,5%
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	46.773	24.070	21.099	22.703	94,3%	2.971	14,1%
Ganhos com outras operações de derivativos	0	3.814	2.362	-3.814	-100,0%	1.452	61,5%
Ajuste a valor presente	14.156	13.057	9.505	1.099	8,4%	3.552	37,4%
Outras receitas financeiras	2.576	1.871	3.202	705	37,7%	-1.331	-41,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa diminuição está proporcionalmente relacionada à variação das despesas financeiras e também reflete basicamente a evolução nas taxas do dólar refletindo nos ativos atrelados à moeda norte americana.

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2,6 milhões, sendo que essa cifra equivale a uma melhora de 119,3% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, tendo como suas principais justificativas diminuição do endividamento, maior volume de aplicações financeiras, e efeitos de uma maneira geral, da desvalorização da moeda americana em relação ao Real refletindo sobre a composição de pagáveis e recebíveis da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, com base nas suas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.

Ativo	Em 31 de dezembro de									
	2016		2015		2014		Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	R\$	%	R\$	%
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	256.244	21,3%	161.895	16,7%	176.237	18,7%	94.349	58,3%	-14.342	-8,1%
Aplic. financ. de liquidez não imediata	274.181	22,8%	55.008	5,7%	77.817	8,3%	219.173	398,4%	22.809	-29,3%
Clientes	61.449	5,1%	75.507	7,8%	76.543	8,1%	-14.058	-18,6%	1.036	-1,4%
Estoques	172.161	14,3%	187.280	19,3%	156.917	16,7%	-15.119	-8,1%	30.363	19,3%
Imp. e contrib. a recuperar	18.647	1,6%	16.732	1,7%	17.896	1,9%	1.915	11,4%	1.164	-6,5%
Outros ativos circulantes	13.677	1,1%	16.090	1,7%	9.567	1,0%	-2.414	-15,0%	6.523	68,2%
Total do ativo circulante	796.359	66,2%	512.512	52,8%	514.977	54,6%	283.847	55,4%	-2.465	-0,5%
Não circulante										
Imp. e contrib. a recuperar	9.367	0,8%	7.242	0,7%	12.752	1,4%	2.125	29,3%	5.510	-43,2%
Depósitos judiciais	8.500	0,7%	6.835	0,7%	6.978	0,7%	1.665	24,4%	143	-2,0%
Benefícios pós-emprego a funcionários	0	0,0%	0	0,0%	29	0,0%	-	0,0%	29	-100,0%
Impostos sobre o lucro diferidos	31.330	2,6%	30.613	3,2%	13.428	1,4%	717	2,3%	17.185	128,0%
Partes relacionadas	0	0,0%	-	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	45	0,0%	56	0,0%	53	0,0%	11	-19,8%	3	5,7%
Investimentos	464	0,0%	761	0,1%	796	0,1%	297	-39,1%	35	-4,4%
Imobilizado	345.301	28,7%	398.914	41,1%	376.939	40,0%	-53.613	-13,4%	21.975	5,8%
Intangível	10.938	0,9%	14.026	1,4%	16.457	1,7%	-3.088	-22,0%	2.431	-14,8%
Total do ativo não circulante	405.945	33,8%	458.447	47,2%	427.432	45,4%	-52.502	-11,5%	31.015	7,3%
Total do ativo	1.202.304	100,0%	970.959	100,0%	942.409	100,0%	231.345	23,8%	28.550	3,0%

¹ Em relação ao total do ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo	Em 31 de dezembro de									
	2016		2015		2014		Δ 2016 x 2015		Δ 2015 x 2014	
	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	% ¹	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	117.307	12,1%	150.882	15,5%	109.409	11,6%	- 33.575	-22,3%	41.473	37,9%
Fornecedores	56.420	5,8%	42.960	4,4%	40.481	4,3%	13.460	31,3%	2.479	6,1%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	429	0,0%	144	0,0%	- 429	-100,0%	285	197,9%
Impostos e contribuições	20.583	2,1%	21.599	2,2%	18.385	2,0%	- 1.016	-4,7%	3.214	17,5%
Salários e encargos	17.612	1,8%	14.595	1,5%	13.622	1,4%	3.017	20,7%	973	7,1%
Adiantamentos de clientes	1.723	0,2%	3.658	0,4%	2.815	0,3%	- 1.935	-52,9%	843	29,9%
Dividendos a pagar	816	0,1%	1434	0,1%	253	0,0%	- 618	-43,1%	1.181	466,8%
Juros sobre capital próprio	6.175	0,6%	5.339	0,5%	4.179	0,4%	836	15,7%	1.160	27,8%
Participações dos empregados e administradores	6.501	0,7%	6.042	0,6%	5.441	0,6%	459	7,6%	601	11,0%
Comissões	1.403	0,1%	1331	0,1%	1090	0,1%	72	5,4%	241	22,1%
Outros passivos circulantes	12.241	1,3%	18.531	1,9%	10.737	1,1%	- 6.290	-33,9%	7.794	72,6%
Total do passivo circulante	240.781	24,8%	266.800	27,5%	206.556	21,9%	- 26.019	-9,8%	60.244	29,2%
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	138.861	14,3%	231.276	23,8%	292.741	31,1%	- 92.415	-40,0%	- 61.465	-21,0%
Impostos sobre o lucro diferidos	28.851	3,0%	23.949	2,5%	21.944	2,3%	4.902	20,5%	2.005	9,1%
Provisão para litígios	7.369	0,8%	6.401	0,7%	3.748	0,4%	968	15,1%	2.653	70,8%
Outros passivos não circulantes	13.400	1,4%	9.280	1,0%	8.453	0,9%	4.120	44,4%	827	9,8%
Total do passivo não circulante	188.481	19,4%	270.906	27,9%	326.886	34,7%	- 82.425	-30,4%	- 55.980	-17,1%
Patrimônio líquido										
Capital social	600.000	61,8%	300.000	30,9%	300.000	31,8%	300.000	100,0%	-	0,0%
Reserva de lucros	149.118	15,4%	104.105	10,7%	66.594	7,1%	45.013	43,2%	37.511	56,3%
Outros resultados abrangentes	23.018	2,4%	28.037	2,9%	41.466	4,4%	- 5.019	-17,9%	- 13.429	-32,4%
Total da participação dos controladores	772.136	79,5%	432.142	44,5%	408.060	43,3%	339.994	78,7%	24.082	5,9%
Participação dos acionistas não controladores	906	0,1%	1111	0,1%	907	0,1%	- 205	-18,5%	204	22,5%
Total do patrimônio líquido	773.042	79,6%	433.253	44,6%	408.967	43,4%	339.789	78,4%	24.286	5,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.202.304	123,8%	970.959	100,0%	942.409	100,0%	231.345	23,8%	28.550	3,0%

¹ Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.**Ativo****Ativo circulante*****Caixa e equivalentes de caixa***

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram redução de R\$14,3 milhões, ou 8,1%, correspondendo a R\$161,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$176,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram aumento de R\$94,3 milhões, ou 58,3%, correspondendo a R\$256,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$161,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 31 de dezembro de 2015, com origem no aumento de capital realizado em abril de 2016 detalhado no item b – Estrutura de Capital.

Aplicações financeiras de liquidez não imediata

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou aumento de R\$22,8 milhões, ou 29,3%, correspondendo a R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$77,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, devido a um maior volume de liquidação de empréstimos e financiamentos vencidos no período.

A rubrica aplicações financeiras de liquidez não imediata apresentou aumento de R\$219,2 milhões, ou 398,4%, correspondendo a R\$274,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, tendo como justificativa a mesma apresentada para conta de caixa e equivalentes de caixa.

Clientes

A rubrica clientes se manteve estável, correspondendo a R\$75,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$76,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função do aprimoramento de convênios com instituições financeiras que auxiliam o ciclo de caixa da empresa.

A rubrica clientes apresentou redução, correspondendo a R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$75,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, referente, em parte pela redução da receita líquida de 2016 em relação a 2015, e também, efeitos do câmbio sobre recebíveis do exterior.

Estoques

A rubrica estoques apresentou aumento de R\$30,4 milhões, ou 19,3%, correspondendo a R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$156,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função, principalmente de alteração de plataforma logística no mercado norte-americano, onde a controlada da Companhia passou a administrar a demanda de curto prazo daquele mercado.

A rubrica estoques apresentou redução de R\$15,1 milhões, ou 8,1%, correspondendo a R\$172,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função, essa redução foi conquistada pela adoção de uma política de capital de giro ajustada às demandas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Impostos e contribuições a recuperar*

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou redução de R\$1,2 milhão, ou 6,5%, correspondendo a R\$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função principalmente de compensação de saldo negativo de impostos.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$1,9 milhão, ou 11,4%, correspondendo a R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função principalmente de compensação de saldo positivo de impostos.

*Ativo não circulante**Impostos e contribuições a recuperar*

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou redução de R\$5,5 milhões, ou 43,2%, correspondendo a R\$7,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função de recuperação de impostos por controladas de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados em operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

A rubrica impostos e contribuições a recuperar apresentou aumento de R\$2,1 milhões, ou 29,3%, correspondendo a R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$7,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de impostos a recuperar por controladas no exterior, principalmente na América do Sul, referente antecipações aduaneiras.

Imobilizado

A rubrica imobilizado apresentou aumento de R\$22,0 milhões, ou 5,8%, correspondendo a R\$398,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$376,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função dos investimentos realizados na manutenção da operação.

A rubrica imobilizado apresentou redução de R\$53,6 milhões, ou 13,4%, correspondendo a R\$345,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$398,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, tendo origem na instabilidade econômica, que refletiu em uma necessidade de realizar investimentos estritamente necessários à manutenção da operação, e em menor nível que a depreciação. Além disso, outro fator que contribuiu para a redução foi o reconhecimento do *impairment* com origem na planta Fras-le North America – operação detalhada no item Receitas (despesas) operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Intangível*

A rubrica intangível apresentou redução de R\$2,4 milhões, ou 14,8%, correspondendo a R\$14,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$16,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função da amortização de softwares, mais especificamente o sistema ERP (SAP).

A rubrica intangível apresentou redução de R\$3,0 milhões, ou 13,4%, correspondendo a R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$14,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função da amortização de softwares

PassivoPassivo circulante*Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$41,5 milhões, ou 37,9%, correspondendo a R\$150,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$109,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo e também pela variação cambial.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram uma redução de R\$33,6 milhões, ou 22,3%, correspondendo a R\$117,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$150,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que essa variação reflete uma melhora em geral do capital de giro, e também, pelo efeito da variação cambial.

Fornecedores

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram redução de R\$2,5 milhões, ou 6,1%, correspondendo a R\$ 43,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$40,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função do aumento das vendas, que geraram um maior volume de compras.

Os passivos relativos a fornecedores apresentaram aumento de R\$13,5 milhões, ou 31,3%, correspondendo a R\$ 56,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função de trabalhos realizados para alongamento de prazos de pagamentos, influenciando positivamente na manutenção do capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Salários e encargos*

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$1,0 milhão, ou 7,1%, correspondendo a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$13,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, em função, principalmente, de reajustes salarial por dissídio coletivo.

A conta de salários e encargos apresentou aumento de R\$3,0 milhão, ou 20,7%, correspondendo a R\$17,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função, principalmente, de reajustes salariais, dissídio coletivo e questões tributárias.

Passivo não circulante*Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram redução de R\$61,5 milhões, ou 21,0%, correspondendo a R\$231,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$292,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da alteração no perfil da dívida de longo prazo para curto prazo e maior volume de amortização de empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentaram redução de R\$92,4 milhões, ou 31,3%, correspondendo a R\$138,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$231,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que essa variação reflete uma melhora em geral do capital de giro, e também, pelo efeito da variação cambial.

Impostos sobre o lucro diferidos

O saldo de imposto sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$2,0 milhões, ou 9,1%, correspondendo a R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, sobretudo em função da diferença de cálculo da depreciação entre a vida útil e a vida fiscal.

O saldo de impostos sobre o lucro diferidos apresentou aumento de R\$4,9 milhões, ou 20,5%, correspondendo a R\$28,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo que as principais variações estão na redução do saldo de lucro não realizado nos estoques das controladas e no aumento do saldo das diferenças de depreciação normal X vida útil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Provisão para litígios*

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$2,7 milhões, ou 70,8%, correspondendo a R\$6,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 em comparação a R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos que envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

As provisões para litígios apresentaram aumento de R\$1,0 milhão, ou 15,1%, correspondendo a R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$6,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em função da reavaliação das perdas estimadas provisionadas no passivo não circulante referente a processos que envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

Capital social e Reserva de lucros

O capital social não apresentou alteração, correspondendo a R\$300,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, e em 31 de dezembro de 2014 e a reservas de lucros apresentaram evolução de R\$37,5 milhões, ou 56,3% correspondendo a R\$104,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, em comparação a R\$66,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

O capital social apresentou aumento de R\$300,0 milhões, ou 100,0%, totalizando R\$600,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$300,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, devido ao aumento de capital realizado já detalhado no item b – Estrutura de Capital. As reservas de lucros apresentaram evolução de R\$45,0 milhões, ou 43,2% correspondendo a R\$149,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$104,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, o qual se justifica pelo saldo remanescente após a destinação de lucros.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$24,3 milhões, ou 5,9%, correspondendo a R\$433,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, em comparação a R\$409,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, sendo esta variação decorrente principalmente dos resultados auferidos no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido apresentou aumento de R\$339.8 milhões, ou 78,4%, correspondendo a R\$773,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$433,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo esta variação decorrente principalmente do aumento de capital e dos resultados auferidos no período.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A Companhia apresenta a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, com base nas suas demonstrações financeiras

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre as atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Δ 2016 x 2015	Δ 2015 x 2014
	2016	2015	2014		
	(em R\$ mil)				
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	-73.356	194.571	94.513	-267.927	100.058
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-10.421	-62.887	-38.520	52.466	-24.367
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamentos	178.126	-146.026	-45.795	324.152	-100.231
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período/exercício	94.349	-14.342	10.198	108.691	-24.540

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$194,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$94,5 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2014. Essa variação positiva de R\$100,1 milhões ocorreu principalmente em função das contas sujeitas a variação cambial, entre as quais: (i) dos saldos das contas de clientes; (ii) Contas de empréstimos e financiamentos, e também as contas de aplicações de liquidez não imediata, depósitos judiciais e provisões.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia foi de R\$-73,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um fluxo de caixa líquido de R\$194,6 milhões proveniente das atividades operacionais do mesmo período em 2015. Essa variação negativa de R\$268,0 milhões teve origem principalmente nas seguintes contas: (i) Provisão para devedores duvidosos; (ii) Variação cambial e juros sobre empréstimos; (iii) Aplicações financeiras de liquidez não imediata.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Atividades de investimentos*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$62,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, se comparado a R\$38,5 milhões no mesmo período de 2014. Esse aumento de R\$24,4 milhões foi resultado, principalmente, da variação cambial sobre o saldo dos investimentos em imobilizado e intangível efetuados pelas controladas do exterior.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$10,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, se comparado a R\$62,9 milhões no mesmo período de 2015. Essa redução de R\$52,5 milhões teve como origem as crises econômica e política em que o país se encontra, o que resulta em uma certa estabilização na demanda por produtos produzidos pela Companhia, e dessa forma restringindo em 2016 os investimentos, de forma geral, apenas para manutenção de suas operações.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$-146,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$-45,8 milhões no mesmo período de 2014. Essa variação de R\$-100,2 milhões foi resultado do (i) maior volume de juros, variação cambial, de R\$216,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$93,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, e (ii) a maior necessidade de captação de novos recursos de R\$104,1 milhões em novos empréstimos e financiamentos, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$72,9 milhões.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$178,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$-146,0 milhões no mesmo período de 2015. Essa variação de R\$324,2 milhões foi resultado, principalmente por dois fatores: (i) menor maior volume de empréstimos tomados, de R\$153,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$216,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e; (ii) integralização de capital no valor de R\$300,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações da Companhia, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção, os quais são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos e lubrificantes.

	Exercícios sociais encerrados em		
	31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)		
Receita operacional líquida	812.666	875.026	764.677
<i>Mercado doméstico</i>	369.655	428.885	406.626
<i>Mercado externo</i>	443.011	446.141	358.051

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a receita líquida proveniente do mercado doméstico, no montante de R\$369,7 milhões representou 45,0% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia, enquanto em 2015 e 2014, respectivamente, este percentual foi de 49,0% e 53,2%. A receita líquida proveniente do mercado externo correspondeu ao montante de R\$ 443,0 milhões, representando 55,0% do total de receita operacional líquida, sendo que no exercício de 2015 e 2014, respectivamente, representou 51,0% e 46,8% sobre o total de receitas operacionais líquidas.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo e seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras tanto no ambiente doméstico quanto no externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas como o Dólar norte americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso. Neste sentido, as receitas oriundas das exportações, totalizou R\$277,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, este valor correspondeu a R\$241,5 milhões e R\$ 220,4 milhões, respectivamente.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***Variações nas taxas de câmbio e derivativos***

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 45,5% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente do mercado doméstico (49,0% em 2015 e 53,2% em 2014) e 54,5% do mercado externo (51,0% em 2015 e 46,8% em 2014). Dessa forma, variações nas taxas de câmbio influenciam nas margens da Companhia, na medida em que o Real se flutua frente a outras moedas.

A partir de janeiro de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes às de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

Em relação à dívida bruta (empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante), em 31 de dezembro de 2016 a Companhia amortizou R\$ 167,7 milhões da dívida financeira bruta,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

enquanto em relação a novos empréstimos ocorreu a liberação de R\$ 68,1 milhões. A dívida bruta encerrou o período em R\$256,2 milhões, dos quais R\$117,3 milhões ou 46% são de curto prazo e R\$138,9 milhões ou 54% são de longo prazo, sendo que R\$ 191,8 milhões ou 75% estão atrelados ao dólar.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos para converter seu endividamento em Reais para Dólares. Como consequência da valorização do Real no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o resultado líquido desses instrumentos derivativos, estruturados principalmente para converter a dívida em Reais para Dólares para proteção do fluxo de caixa contra a volatilidade cambial, produziu resultados líquidos negativos de R\$ 0,4 milhão em 31 de dezembro de 2016, R\$ 0,3 milhões negativos em 2015 e R\$ 0,8 milhão positivo em 2014.

Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o INPC correspondia a 6,6%, (11,3% em 2015) e o IGP-M 7,17%, (10,5% em 2015). A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os impactos da inflação na receita líquida foram baixos, enquanto nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os impactos da inflação na receita líquida foram moderados.

Variações nos volumes de vendas

Em relação aos volumes de vendas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 em peças (materiais de fricção) foram vendidas 79,3 milhões de unidades, 82,8 milhões e 94,7 milhões, respectivamente, constituído conforme o quadro abaixo. A redução dos volumes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 decorre, do quadro recessivo da economia brasileira, que refletiu em uma redução nas vendas para o mercado interno de forma geral, principalmente para o segmento de montadoras, e também, menores volumes no mercado externo, especificamente para a região do Nafta, bem como, as vendas a partir das unidades controladas da China e dos Estados Unidos.

Volumes de Vendas por Linha de Produtos - Consolidado				
Milhões de Peças	2014	2015	2016	VAR 2015/2016
Lonas de Freio p/ Veíc. Pesados (Blocos)	57,5	48,8	45,0	-7,8%
Pastilhas de Freio	19,9	21,2	21,9	3,3%
Outros Produtos	17,3	12,8	12,4	-3,1%
Total Materiais de Fricção (Fras-le)	94,7	82,8	79,3	-4,2%
Cilindros e Outros Produtos para Freios	3,1	3,1	3,6	17,9%
Produtos em Polímeros	33,9	25,2	15,0	-40,7%
Total Freios e Polímeros (Controil)	37,0	28,3	18,6	-34,3%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados.

A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por conseguinte, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia que possui parte de seu faturamento em Dólares oriundo das exportações quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange os financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e Dólar. Contudo, a Companhia utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável. Não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, conforme detalhamento realizado no item b – Estrutura de Capital.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) Ressalvas e ênfase presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas nos pareceres ou relatórios dos auditores independentes com relação às informações trimestrais ou às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação das informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal.

Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impairment de ativos não financeiros

A Companhia utiliza regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) gerados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual de um ativo for superior ao seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. Investimentos em andamento e previstos****i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O principal investimento da Companhia nos últimos três exercícios sociais foi em máquinas e equipamentos utilizados em suas unidades fabris, tanto para fins de manutenção, quanto para fins de crescimento orgânico.

As tabelas abaixo demonstram os investimentos da Companhia em ativo imobilizado e intangível nos últimos três exercícios sociais:

Imobilizado Consolidado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Saldo 01 janeiro 2014	145.794	533.486	11.387	9.266	2.239	25.621	113	727.906
Aquisições	1.499	18.043	248	280	298	9.826	174	30.368
Baixas	(54)	(2.017)	(22)	(31)	(666)	(82)	-	(2.872)
Transferências	1.238	8.577	4	-	-	(10.036)	-	(217)
Variação cambial	636	6.714	29	108	(2)	31	-	7.516
Saldo 31 dezembro 2014	149.113	564.803	11.646	9.623	1.869	25.360	287	762.701
Saldo 01 janeiro 2015	149.113	564.803	11.646	9.623	1.869	25.350	287	762.701
Aquisições	553	17.788	90	474	344	17.797	1.778	38.824
Baixas	-	(4.544)	(23)	(358)	(263)	(763)	-	(5.951)
Transferências	910	12.491	137	50	-	(13.730)	-	(142)
Variação cambial	3.002	27.944	277	461	54	124	-	31.862
Saldo 31 dezembro 2015	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	827.294
Saldo 01 janeiro 2016	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	827.294
Aquisições	-	5.394	38	137	70	6.574	(2.062)	10.151
Baixas	-	(10.290)	(11)	(70)	(97)	(260)	-	(10.728)
Transferências	779	16.696	34	80	-	(17.608)	-	(19)
Variação cambial	(1.972)	(17.066)	(242)	(329)	(116)	(1.655)	-	(21.380)
Saldo 31 dezembro 2016	152.385	613.216	11.946	10.068	1.861	15.839	3	805.318

Intangível consolidado:

Custo	Software e licenças	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2014	27.953	31.917
Aquisições	1.410	2.007
Transferência	217	217
Variação cambial	-	98
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.580	34.239
Saldo em 01 de janeiro de 2015	29.580	34.239
Aquisições	290	715
Baixas	(2)	(41)
Transferência	142	142
Variação cambial	-	454
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.010	35.509
Aquisições	-	270
Baixas	-	(2)
Transferência	19	19
Variação cambial	-	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.029	35.490

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em relação às aquisições do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o Capex, no montante de R\$ 10,4 milhões, verifica-se uma redução de 73,6% comparando-se ao ano de 2015. Essa redução teve como origem as crises econômica e política em que o país se encontra, o que resulta em uma certa estabilização na demanda por produtos produzidos pela Companhia, e dessa forma restringindo em 2016 os investimentos, de forma geral, apenas para manutenção de suas operações.

Para o Capex dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para efeito de comparação com o valor informado no item 10.1 nas explicações sobre o do Fluxo de Caixa, especificamente sobre as atividades de investimentos, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 39,5 milhões e R\$ 32,4 milhões, sendo necessário considerar também os valores de R\$ 23,4 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, relacionados como variação cambial das atividades de investimentos, que não representam uma saída de caixa real.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar como fontes de financiamento dos investimentos sua própria geração de caixa operacional, bem como empréstimos usualmente captados pela Companhia no curso normal de seus negócios, em especial, empréstimos com recursos do BNDES e financiamentos à exportação.

iii. Desinvestimentos em andamento e previstos

Até a data deste Formulário de Referência, não havia nenhum desinvestimento previsto ou em andamento.

b. Aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou acordo de associação (Aquisição de controle) com a Federal Mogul VCS Holding BV, o qual tem como objeto a aquisição de 80,10% das quotas representativas do capital social da Federal-Mogul Friction Products Sorocaba Sistemas Automotivos Ltda, localizada na cidade de Sorocaba-SP, e atua na fabricação de pastilhas para veículos leves. A Companhia assumirá efetivamente o controle e gestão da Empresa após a aprovação no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e nas demais jurisdições aplicáveis, que passará a denominar-se Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

c. Novos produtos e serviços

Não aplicável. Não houve o lançamento de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os números referentes às destinações do lucro e distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se à proposta elaborada pela Companhia e estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 27 de abril de 2017.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.